

# Votação ainda pode encontrar obstáculos

A Aliança Democrática encontrará grandes dificuldades para apressar a votação do pacote fiscal. Duas soluções, para resolver o problema, poderão ser encaminhadas hoje: a primeira é o requerimento de urgência-urgentíssima para projeto; a outra é o requerimento de urgência simples.

Para obter a urgência-urgentíssima, o Governo terá que conseguir a assinatura de todos os líderes do partido e, além disso, aprovar em plenário, por maioria absoluta (240 votos) o requerimento. Entretanto, os líderes da Aliança difficilmente conseguirão a urgência-urgentíssima, já os líderes do PT, do PDT e até mesmo do PDS não estão dispostos a assiná-la.

Dante dessas dificuldades, resta o pedido de requerimento de urgência simples. Com a assinatura de apenas um líder partidário, o requerimento é aprovado e vai para o plenário. Lá, por maioria simples (121 votos), o pedido é aprovado. Depois disso, outra sessão será

convocada para que o pacote fiscal seja votado.

Mas se nada disso acontecer, o pacote do Governo corre o risco de ser aprovado somente no ano que vem ou durante convocação extraordinária do Congresso em pleno recesso parlamentar. Isto porque, no dia 5 de dezembro, encerram-se as atividades legislativas da Câmara e do Senado.

## INDEPENDÊNCIA

O deputado Amaral Neto (RJ), vice-líder do PDS, anunciou ontem que não há qualquer possibilidade dos pedessitas concordarem com a aprovação do pacote fiscal do Governo às pressas sem o exame da matéria. Não adiantará, a seu ver, entendimentos de lideranças para sua votação em regime de urgência. Se isto ocorrer, um grupo de pedessistas solicitará verificação de quórum.

Outro vice-líder do PDS, o deputado Hugo Mardini (RS) acusou o Governo da Nova República de ter institucionalizado a apropriação indébita com o pacote fiscal. Ele não admite,

também, que o PDS deixe passar o pacote fiscal, que considera repleto de dados falsos. "Nós estamos pensando em fazer um grupo para aprovar as isenções e rejeitar todo o aumento de impostos. A nossa obrigação é defender o consumidor".

O deputado Adail Vettorazzo (SP) assegurou que a maioria da bancada pedessista repelirá qualquer manobra para aprovar o pacote fiscal antes do recesso. "O Governo cometeu um estelionato quando avançou em 3% dos depósitos de todas as cédulas de poupança. O Governo tem de ser responsabilizado".

O líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), convocou a bancada para uma reunião na próxima segunda-feira a fim de apreciar o pacote fiscal. Na sua opinião, o PDS poderá aprovar o que for considerado de interesse do País e deixar que o PMDB e o PFL aprovem o aumento de impostos. A bancada já decidiu que não permitirá a aprovação, este ano, do PND e do recadastramento eleitoral.